



## **Sobre resistências, medo e esperança: os desafios para os movimentos sociais em tempos de crise da democracia**

*On resistance, fear and hope: the challenges for social movements in times of democratic crisis*

**Lizandra SERAFIM\***

### **Apresentação**

**O** artigo *Sobre resistências, medo e esperança em tempos de colapso*, da professora Tatiana Dahmer Pereira (PEREIRA, 2019) nos convida à reflexão acerca dos desafios impostos pelo cenário atual para as lutas sociais, na perspectiva do enfrentamento do medo e da construção democrática. A partir dos elementos mobilizados pela autora para subsidiar essa reflexão, e das provocações que suscita em seu artigo, buscarei, neste texto, contribuir com o debate, desde a perspectiva do campo de estudos sobre interações sócio-estatais no Brasil.

### **Recapitulando o debate**

Em seu artigo, Pereira (2019) caracteriza o desafiador cenário colocado para as lutas sociais no Brasil, identificando uma crise no papel de mediação estatal provocada pela dinâmica de crise do capital, constituída a partir da "[...] dissolução das promessas de institucionalidade liberal da democracia [...]" e "[...] dos rebatimentos específicos dessa crise na nossa sociabilidade, compreendida a partir da formação social brasileira" (PEREIRA, 2019, p. 8). A autora argumenta que a crise estrutural do capital acirra especificidades próprias da nossa formação social, caracterizada pelo ódio na vida em sociedade contra determinados grupos sociais (PEREIRA, 2019). A reflexão acerca das lutas sociais e possibilidades de resistência não poderiam, portanto, prescindir de um esforço de "[...] qualificar qual a crise que nos engole, em seu movimento predatório e nas suas determinações - e como esse Estado periférico reflete tais questões" (PEREIRA, 2019, p. 10, grifos da autora).

A formação de um Estado opressor e criminalizador como propulsor do desenvolvimento capitalista, em uma sociedade marcada por contradições e desigualdades, é um dos elementos

---

\* Socióloga. Doutora em Ciências Sociais (Unicamp). Professora do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus I, Cidade Universitária, João Pessoa (PB). CEP: 58051-900. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0002-6188-0908>>. E-mail: <lizaserafim@gmail.com>.

centrais, segundo a autora, que ajudam na compreensão do cenário atual, de crise do papel de mediação das contradições por parte das instituições burguesas. O Estado brasileiro assumiu historicamente um papel de ordenador do progresso e do desenvolvimento na base da opressão e da punição aos conflitos sociais, reproduzindo estruturas de dominação e de poder. Esta marca originária da conformação do Estado e da própria sociabilidade constituída historicamente no Brasil se acirra no contexto de agravamento da crise estrutural do capital, tornando patente a disseminação de discursos de ódio, violência e perseguição a grupos sociais específicos - negros/as, indígenas, mulheres, LGBTs etc. Assim, a resolução da crise não passaria pela ordem vigente e pelo reforço na aposta nas instituições políticas existentes, argumenta, citando Mascaro (2018 *apud* PEREIRA, 2019). A construção de resistências passaria pelo enfrentamento do controle ideológico, caracterizado pelo capital como sociabilidade, e que seria uma armadilha para as esquerdas nas suas diversas organizações.

A autora problematiza a aposta de parte dos movimentos sociais brasileiros na participação institucionalizada ao longo dos governos petistas, sujeitando suas pautas e motes mobilizatórios aos limites das respostas burocráticas das políticas públicas e esvaziando suas potências políticas reivindicatórias. Chama a atenção para a "[...] crescente compreensão por parte dos diversos movimentos sociais, sobre o que é a natureza e limites do Estado e das estruturas institucionais liberais clássicas [...]" (PEREIRA, 2019, p. 16, grifos da autora).

A autora finaliza chamando a atenção para o desafio de "[...] não [se] reproduzir a cultura de ódio, do punitivismo, da objetificação do outro, mesmo que não tenhamos a capacidade de sentir as suas dores [...]" (PEREIRA, 2019, p. 18), reconhecendo "[...] lutas por existências e de resistências em curso no país, de reinvenção de formas, de sua validação e fortalecimento mesmo em direções sobre as quais não nos pareçam familiares, nem confortáveis" (PEREIRA, 2019, p. 18 grifos da autora).

O debate suscitado por Pereira (2019), brevemente retomado acima, traz para o centro da agenda a necessidade de se compreender os limites que se colocam no contexto atual para a construção democrática, problematizando (e vislumbrando um caminho para além) [d]o papel do Estado como mediador de conflitos sociais, e propondo uma reflexão profunda sobre as estratégias dos movimentos sociais diante do cenário que se apresenta desde a eleição de 2018.

Compreender os desafios, limites e potencialidades que se colocam para a atuação dos movimentos sociais e demais atores comprometidos com a democracia no novo cenário está na ordem do dia para pesquisadores e atores sociais do campo democrático. Considero que essa compreensão passa necessariamente por um esforço de analisar os anos de gestão petista e o pós-impeachment de maneira profunda e abrangente em sua complexidade, no que se refere à natureza das interações sócio-estatais e aos efeitos dessas interações sobre atores sociais, instituições do Estado e políticas públicas. Essa é uma agenda compartilhada por pesquisadores e atores da sociedade civil que, pouco a pouco, nos permite compor um balanço ainda inacabado dos últimos 15 anos. Buscarei, nas linhas que seguem, levantar algumas questões que se colocam para a academia e para a ação política dos movimentos sociais a partir de alguns trabalhos que analisam o período, sem, portanto, a ambição de esgotar o debate ou oferecer respostas definitivas para o enorme desafio que se coloca no contexto atual.

## Alguns elementos para a reflexão

A chegada do PT ao governo federal, em 2002, gerou grandes expectativas entre movimentos sociais e atores aliados ao projeto democrático-participativo historicamente. A marca distintiva do projeto político petista se fundava no princípio da construção de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, o *modo petista de governar*, caracterizado pelas ideias de democracia participativa, inversão de prioridades, luta contra a corrupção, redução das desigualdades, inclusão política dos grupos marginalizados e ampliação de direitos de cidadania (BAIOCCHI; BRAATHEN; TEIXEIRA, 2013).

A aposta em um projeto político democrático-participativo (DAGNINO, 2002) e a reivindicação pela abertura de espaços de interlocução entre movimentos sociais e Estado era compartilhada desde o final dos anos 80 por um conjunto de atores da sociedade civil, partido e gestões municipais, e ganhou maior fôlego no início da gestão petista, em 2003 (SERAFIM, 2013; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Atores do campo movimentalista envolvidos previamente em experiências de participação social de nível local, como orçamentos participativos (uma das marcas das gestões petistas), conferências e conselhos de políticas públicas, reconheciam nessas experiências o potencial de alargamento de seus horizontes políticos e ampliação das possibilidades de ver reconhecidas suas demandas e ter garantidos direitos pelo Estado através da incidência nas políticas públicas (DAGNINO, 2002).

No novo contexto, de compartilhamento de um projeto político democrático-participativo entre atores de Estado e sociedade civil (DAGNINO, 2002; DAGNINO et al, 2006), houve uma expansão significativa da chamada *arquitetura da participação* (ISUNZA; GURZA LAVALLE, 2012; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). Foram criadas diversas instituições participativas e órgãos de governo (como a SEPIR, a SEDH, o MCidades etc.) em resposta a demandas históricas do campo movimentalista em variados setores de políticas públicas, além da adoção de formas de interlocução não formalizadas ao longo das duas gestões Lula.

Parte expressiva dos movimentos sociais brasileiros participaram desse processo, reconhecendo-o como um avanço nas suas pautas históricas por voz, reconhecimento e participação popular na definição das políticas públicas. Em que pesem as críticas e conflitos existentes no seio do campo movimentalista ao longo do processo de democratização relativos às contradições e riscos da aproximação com o Estado à autonomia dos movimentos, o reconhecimento de grupos historicamente marginalizados como sujeitos passaria também pelo crivo do Estado como garantidor de direitos e responsável por ações e políticas públicas voltadas especificamente a suas demandas.

A mudança de regime político<sup>1</sup>, inaugurada pelo governo Lula, afeta a estrutura de oportunidades políticas para atuação dos movimentos sociais, ampliando seu acesso e influência sobre o Estado (ROMÃO, 2018; ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). Importantes movimentos sociais adotaram a combinação de múltiplos repertórios de interação com o

---

<sup>1</sup> O conceito de regime refere-se à "[...] configuração das relações entre os atores politicamente relevantes, a qual condiciona o acesso às discussões e decisões governamentais" (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2018, p. 17 com base em Tilly, 2006). "O regime tende a estabelecer parâmetros mais gerais para a relação entre Estado e sociedade civil, a partir dos quais os movimentos sociais constroem seus repertórios" (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2018, p. 39).

Estado, incluindo a ocupação de cargos na gestão federal, protestos e ação direta, participação institucionalizada e política de proximidade (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Por múltiplas vias, o trânsito de atores do campo movimentalista em direção ao Estado se ampliou de forma inédita.

Em um contexto de compartilhamento de projeto político entre governo e sociedade civil, os movimentos adotaram repertórios de ação menos conflitivos com um Estado heterogêneo e altamente permeável a estes atores, numa relação que deve ser compreendida como mutuamente constitutiva (ver GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015). Vale considerar que os repertórios adotados e a leitura sobre o contexto em que se inserem os movimentos variam entre diferentes organizações e subsistemas<sup>2</sup> (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). Varia amplamente também a leitura a respeito do processo de construção da participação no governo petista ao longo do tempo entre distintos setores do campo movimentalista, bem como o peso dado à estratégia de participação institucional em relação a outros repertórios<sup>3</sup>.

O projeto participativo inicialmente simbolizado pelo PT gradativamente perde força, dando lugar a um *projeto de poder* (DAGNINO, 2019) e a uma concepção reduzida de participação em meio a uma crise de governabilidade, em especial a partir do *escândalo do mensalão*. O lulismo como ideia de mudança sem confronto com o capital, a partir de um pacto interclassista que combinou a manutenção da estabilidade e a ação distributiva de recursos, correspondendo aos interesses dos mais pobres e de frações da classe dominante, caracterizando um *reformismo fraco* (SINGER, 2009; 2012), representou o declínio desse projeto participativo e alterou profundamente as relações entre Estado e movimentos populares (DAGNINO, 2019; ROMÃO, 2018).

Gradativamente, ao longo das gestões Lula e mais claramente sob Dilma, a concepção de participação passa de uma ideia de *compartilhamento de poder* para ideias como *escuta*, *consulta*, *diálogo* e *co-responsabilidade* (TEIXEIRA, 2013; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014; DAGNINO, 2019). Setores estratégicos ficaram de fora da arquitetura da participação. Cresceu o reconhecimento, entre os atores, da insuficiência e baixa efetividade das IPs em diversas modalidades e setores de políticas públicas. Dagnino (2019) analisa que a estratégia de ocupação do Estado também "[...] levou ao abandono do investimento sistemático em organização popular que marcou sua trajetória anterior. O futuro mostraria o alto preço a ser pago por negligenciar a disputa hegemônica na sociedade"<sup>4</sup> (DAGNINO, 2019, p. 84, tradução livre).

O projeto participativo que remonta à origem do partido e marcou as experiências das gestões municipais nos anos 90 se tornou incompatível com o modelo neodesenvolvimentista de

---

<sup>2</sup> O conceito de subsistema refere-se "[...] às configurações de poder específicas a cada setor de política pública, que conferem aos movimentos sociais diferentes condições de acesso a esses setores e influência sobre eles" (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018, p. 17).

<sup>3</sup> Considerando o escopo deste texto, não é possível adentrar nas especificidades de cada setor ou movimento. Alguns estudos podem contribuir nesta tarefa: Losekkan, 2009; Serafim, 2013; Gutierrez, 2015; Blikstad, 2017; Trindade, 2017.

<sup>4</sup> Do original: "As part of its new strategy of occupying the state, the PT leadership, with a few exceptions, did not truly commit itself to social participation. This same strategy led to the abandon of the systematic investment in popular organization that had marked its earlier trajectory. The future would show the high price to be paid by neglecting the hegemonic dispute within society".

*estado forte*, tecnocrático, monopolista e centralizador do processo decisório, que se consolida nas gestões Dilma Rousseff (DAGNINO, 2019). Cresceu, entre os atores do campo movimentalista aliado ao projeto participativo e entre estudiosos do tema, a problematização do alcance da participação institucional no nível federal, e a percepção de que os conselhos tinham funções meramente burocráticas (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012), ocupando lugar marginal e pouco visível na definição das políticas públicas.

Colocou-se, para estes atores, um dilema entre confrontar um governo aliado ou fortalecer de sua *governabilidade*. Abandonar os conselhos e demais canais (que representavam uma importante conquista do campo democrático) como forma de denúncia e priorizar ações contestatórias diretas, ou lutar *por dentro* do Estado para disputar o sentido da participação e fortalecer sua capacidade de definir as políticas públicas, foram posições disputadas no âmbito de importantes organizações, a exemplo do campo da reforma urbana (SERAFIM, 2013; TRINDADE, 2017). A partir de 2010, cresceram as ações diretas, através de protestos, marchas e ocupações (TATAGIBA, 2017).

Os protestos de junho de 2013, em sua complexidade, simbolizaram a insatisfação generalizada entre grupos muito diversos com o lulismo, a corrupção e a *velha* política representada pelo PT e outros partidos tradicionais. Evidenciaram a percepção de uma baixa representatividade e da insuficiência dos mecanismos existentes para expressão e encaminhamento das demandas de parcelas expressivas da sociedade. Contribuíram para minar o governo Dilma Rousseff, já em crise, e marcaram a ascensão de forças contrárias ao projeto democrático-participativo, setores autoritários, conservadores e da direita radical, que continuaram a ganhar espaço nos anos seguintes, culminando no impeachment em 2016 e no resultado eleitoral de 2018.

Em que pese a variedade de demandas apresentadas nesse ciclo de protestos - muitas contraditórias e antagônicas entre si -, esse processo deu visibilidade a um desejo popular disseminado de renovação da política e de transformação e ampliação nas formas de participação social. Como expõe Dagnino (2019), o avanço das forças neoliberais e conservadoras e a erosão da democracia podem ser explicados por um conjunto de fatores, que incluem "[...] o peso da oposição conservadora, fortemente comprometida com seus interesses econômicos, e a ordem autoritária e hierárquica da sociedade brasileira, além das contradições do Estado desenvolvimentista adotado pelos governos petistas em relação à voz do povo" (DAGNINO, 2019 p 86, tradução livre)<sup>5</sup>. A estratégia neodesenvolvimentista não foi capaz de romper com uma concepção estatista autoritária e tecnocrática de política predominante historicamente na América Latina, e de renovar as formas de representação política.

Os movimentos sociais atuam hoje em um cenário incerto e desafiador, com grande repressão estatal às ações diretas, e fechamento dos canais institucionais de mediação com o Estado.

---

<sup>5</sup> Do original: "The advance of neoliberal and conservative forces and the erosion of democracy in Brazil, which had its climax with the 2016 coup, proceed in full force and could be explained by a number of factors. These must include the weight of the conservative opposition, ercey committed to its economic interests and to the authoritarian and hierarchical ordering of Brazilian society, factors that I have not explored here. However, the contradictions of the devel- opmental state format adopted by leftist governments with respect to the role of people's voice in that configuration are certainly part of that explanation.

Vimos, recentemente, a edição do decreto 9759, o chamado *revogaço*, que extingue todos os órgãos colegiados criados por Decretos ou Portarias de toda a administração pública federal, e a *Política Nacional de Participação Social* e respectivo Sistema, levando ao limite o processo de desmonte de canais participativos em diversas áreas na esfera federal, iniciado ainda nos governos petistas. Tal desmonte não é decorrente apenas de fatores conjunturais, como a crise econômica, mas um projeto das elites brasileiras (TRINDADE, 2018; MIGUEL, 2017 *apud* TRINDADE, 2018).

Mesmo com todas as críticas aos limites representados pela experiência participativa no nível federal nas gestões petistas, no momento em que escrevo, já se percebe uma forte reação dos movimentos sociais e outros atores do campo democrático em defesa das instituições participativas. Isso porque existe o reconhecimento, em setores expressivos do campo movimentalista, de seu potencial de permitir a publicização de conflitos, expressão de demandas e de vozes sub-representadas, críticas à condução das políticas setoriais, fiscalização e controle social das políticas públicas, ainda que tenham se distanciado do projeto original e que seu restabelecimento não garanta que cumpram com seu propósito. A disputa pelo sentido da participação é um processo em curso, e o fechamento desses canais representa um retrocesso imenso e uma ameaça à jovem e agonizante democracia em construção.

É certo que a mudança de regime político altera as dinâmicas e os resultados do confronto político entre movimentos sociais e Estado, e que a aposta institucional hoje perde força como estratégia do campo movimentalista. Em um cenário de polarização, repressão e violência, a tarefa de transformar a cultura política e fazer a disputa hegemônica na sociedade é prioritária e obrigatória para o campo democrático. É um dos pilares centrais que sustentaram a construção do projeto de democracia participativa e popular, e que se enfraqueceu com a escolha pelo modelo neodesenvolvimentista nas gestões petistas.

Nesse sentido, vivemos hoje a renovação de coletivos e movimentos feministas, racial e de questões ligadas a gênero e identidades, através de mobilizações e ações diretas. Por outro lado, as eleições de 2018 mostraram que, ainda que as mobilizações e ações diretas ganhem maior espaço na construção de resistências, o Estado ainda é tido pelos movimentos sociais como uma arena de disputa política importante, mesmo com o crescente reconhecimento dos limites do Estado e das instituições liberais clássicas, como mostra Pereira (2019). Exemplo disso é a campanha *Ele não* e a eleição de candidaturas ligadas às pautas e coletivos de gênero e raça.

A consolidação de um regime menos permeável aos movimentos não significa o fechamento de todas as possibilidades de incidência sobre as políticas e relação com a burocracia. Um exemplo disso foi o processo de estruturação do setor de saúde no Brasil no período autoritário, com forte atuação dos sanitaristas *por dentro do Estado*, e do movimento popular de saúde (DOWBOR, 2012).

Abers, Silva e Tatagiba (2018) mostram que a mudança no regime não afeta igualmente os diversos subsistemas. Cada setor de política pública possui configurações de poder e burocráticas específicas, que oferecem diferentes condições de acesso e influência aos movimentos sociais. É preciso identificar, portanto, no contexto de fechamento do Estado à

participação, os flancos que potencialmente se abrem à incidência dos atores nos diversos setores e nas estruturas relacionais em que se inserem.

Os movimentos sociais e todo o campo democrático têm como desafio (re)construir seu projeto, superando o modelo neodesenvolvimentista, e (re)situar o Estado e seu papel no desenvolvimento (definindo que desenvolvimento se almeja) no contexto de crise do capital. Criar novas formas de protagonismo político da sociedade e de participação ativa no processo decisório, sem invalidar a construção institucional que levou tantos anos e investimentos para se estabelecer, mas disputar e transformar o sentido dessa participação. As lutas sociais e resistências em um contexto de desdemocratização passam prioritariamente pela disputa hegemônica na sociedade e transformação de uma cultura política marcadamente autoritária em uma cultura democrática, mas não prescindem da luta pela transformação do Estado e através do Estado.

## Referências

ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, abr./jun. 2014.

ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 105, p. 15-46, set. 2018.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 68-92, 2012.

BAIOCCHI, Gianpaolo; BRAATHEN, Einar; TEIXEIRA, Ana Claudia. Transformation institutionalized? Making sense of participatory democracy in the Lula Era. *In*: Kristian Stokke e Olle Tornquist (eds). **Democratization in the Global South: the importance of transformative politics**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013.

BLIKSTAD, Karin. **Movimentos sociais de pessoas pobres: entre as urgências e o direito**. 266 f. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2017.

DAGNINO, E. The Choices of the Left: The Paradox of the New Developmentalist State. *In*: PUZONE, V.; MIGUEL, L. F. (eds.) **The Brazilian Left in the 21st Century: conflict and conciliation in peripheral capitalism**. Palgrave MacMillan, 2019.

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAGNINO, E.; TEIXEIRA, A. C. C. The Participation of Civil Society in the Lula's Government. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 39-66, 2014.

DOWBOR, Monika. **A arte da institucionalização**: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). 288 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opin. Publica [online]**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762015000100157](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000100157)>.

GUTIERRES, Kellen. **Projetos políticos, trajetórias e estratégias**: a política de assistência social entre o partido e o Estado. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2015.

ISUNZA, E.; GURZA LAVALLE, A. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 92, p. 105-121, 2012.

LOSEKANN, Cristiana. **A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEREIRA, T. D. Sobre resistências, medo e esperança em tempos de colapso. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 1, p. 8-21, 2019.

ROMÃO, W. O que é o lulismo? Roteiro de uma controvérsia. Paper apresentado *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu, 2018.

SERAFIM, L. **Participação no governo Lula**: as pautas da reforma urbana no Ministério das Cidades (2003-2010). 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 85, p. 83-102, 2009.

TATAGIBA L. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 71-98, 2017.

TEIXEIRA, A. C. C. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.



TRINDADE, T. A. Participação em crise: a luta pela reforma urbana no contexto de fechamento da democracia brasileira. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 11, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba, 2018.

TRINDADE, T. A. **Protesto e democracia**: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade. Jundiaí: Paco, 2017.

---

**Lizandra SERAFIM**

Possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba no Departamento de Gestão Pública e coordenadora do NESPP - Núcleo de Estudos em relações Estado-Sociedade e Políticas Públicas. Trabalha com os seguintes temas: movimentos sociais, participação popular, democracia e políticas públicas.

---